

Para atingir esses objetivos, o apoio do Ministério do Interior na criação de um grupo de trabalho interinstitucional para fortalecer a cooperação entre instituições estatais, ONGs e vítimas na área de crimes de ódio e discurso de ódio foi bem-vindo. Esperamos que o grupo de trabalho comece a trabalhar formalmente no início de 2020.



Também continuamos nosso projeto conjunto com parceiros da Estônia, Letônia e o Fórum da Deficiência da Lituânia para melhorar a cooperação entre ONGs e policiais para prevenir crimes de ódio nos Estados Bálticos. Como os casos de crimes de ódio contra pessoas com deficiência não são devidamente registrados, oferecemos treinamento para ONGs e policiais por um especialista do Reino Unido, Dr. Angharad Beckett. No treinamento participaram 32 pessoas, entre pessoas com deficiência e representantes de organizações não governamentais, além de policiais da Lituânia, Letônia e Estônia.

### **Ganhou em um caso importante sobre liberdade de expressão no Comitê de Direitos Humanos da ONU**

No caso *Kusaitė v. Lituânia*, o Comitê de Direitos Humanos da ONU concluiu que a Lituânia violou a liberdade de expressão consagrada no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. A Sra. Kusaitė foi processada por insultar funcionários do Estado, nomeadamente os procuradores do Gabinete do Procurador-Geral da República da Lituânia.

Na opinião do Comitê, o tribunal não teve devidamente em conta o facto de a exclamação da recorrente ter sido uma reacção espontânea à informação sobre a sua detenção. Além disso, o caso Kusaité gozava de grande interesse público e poderia ter implicações políticas que deveriam alargar os limites das críticas aceitáveis aos promotores. O Comitê também reiterou sua posição de que os estados deveriam considerar a descriminalização da difamação e aplicar a lei criminal apenas nos casos mais graves.



No outono, especialistas em HRMI visitaram a Geórgia para investigar quais serviços são oferecidos a pessoas com problemas de saúde mental. A delegação visitou o Hospital Psiquiátrico Gldani em Tbilisi e o Ministério dos Assuntos Sociais, Trabalho, Saúde e Pessoas Deslocadas na Geórgia para discutir as especificidades da desinstitucionalização e do desenvolvimento dos serviços oferecidos. Durante nove dias, foram realizadas 15 entrevistas individuais e 6 entrevistas em grupo com 31 pessoas. Os especialistas também visitaram várias instituições e organizações não governamentais em três regiões.